## Relações entre negros e brancos no Brasil\*

Roque de Barros Laraia\*\*

Esta resenha limita-se aos trabalhos que, direta ou indiretamente, contribuem para a compreensão do negro como uma minoria étnica em uma sociedade na qual predomina a representação de um país branco e ocidental, resultante de múltiplas fusões, que envolveram componentes portugueses, indígenas e africanos, além da contribuição mais recente da migração européia e asiática. Esta representação — que será discutida posteriormente — pressupõe ainda a predominância da influência portuguesa, justificada pela língua adotada, e tem como conseqüência a idéia de uma dominação cultural e econômica do grupo branco, mais precisamente o de origem lusa, malgrado o fato de que esta concepção não encontre fundamentação empírica.

A limitação de nosso tema aos aspectos do relacionamento interétnico desses dois grupos humanos torna-se necessária quando sabemos que os estudos sobre o negro, de um modo geral, totalizam 857 itens da *Bibliografia sobre o negro brasileiro*, de Solange Martins Couceiro, publicada em 1974. Além disto é ainda necessário, por uma questão de espaço, adotar uma postura seletiva, mesmo sabendo o tanto que existe de arbitrário numa tarefa deste tipo.

\* Resenha publicada no BIB n. 7.

<sup>\*\*</sup> Roque de Barros Laraia é coordenador do Programa de Mestrado em Antropologia da Universidade de Brasília.

O estudo das relações entre negros e brancos no Brasil, como ocorreu com outros temas, inicia-se pelos chamados trabalhos de gabinetes, uma fase em que a postura ensaística, estimulada por uma imaginação nem sempre tão sociológica, prevalecia sobre os métodos de investigação social, na qual a realidade é pesquisada e os trabalhos resultantes caracterizam-se por uma preocupação com o rigor científico. Como a antropologia dedicou grande parte dos seus esforços para os estudos relacionados com a nossa população tribal, a problemática do negro constituiu-se num dado momento em um empreendimento quase que exclusivamente sociológico. Contudo, estudos sobre o negro foram realizados por antropólogos no Nordeste do país e mais recentemente em outras regiões.

Abdias Nascimento (1978) muito ironicamente chama atenção para o fato de que são os psiquiatras os primeiros que se preocupam com os negros. O primeiro deles é Nina Rodrigues (1862-1906) que se caracterizou por considerar o negro como um problema patológico responsável pelo nosso subdesenvolvimento, como atestam, por exemplo, os títulos de alguns de seus trabalhos: "Mesticagem, degenerência e crime"; "Atavismo psíquico e paranóia"; "A paranóia entre os negros"; "A sobrevivência psíquica na criminalidade dos negros do Brasil"; "Antropologia patológica: os mestiços". Nota-se nestes trabalhos, todos inéditos 1, e nos que constam de nossa lista bibliográfica a ausência de qualquer fundamentação científica em contraste com a expressão de toda a estereotipia negativa sobre o negro, assumida por Rodrigues, e que prevaleceu em uma determinada literatura do século XIX. É muito fácil reconhecer um tipo de evolucionismo primário em afirmações tais como: "No entanto, o destino de um povo não pode estar à mercê das simpatias ou dos ódios de uma geração. A ciência que não conhece estes sentimentos, está no seu pleno direito exercendo livremente a crítica e a estendendo com a mesma imparcialidade a todos os elementos étnicos de um povo. Não o pode deter a confusão pueril entre o valor cultural de uma raça e as virtudes privadas de certas e determinadas pessoas. Se conhecemos homens negros ou de cor de indubitável merecimento e credores de estima e respeito, não há de obstar esse fato o reconhecimento desta verdade — que até hoje não se puderam os Negros constituir em povos civilizados". E mais abaixo acrescenta: "Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto

<sup>1.</sup> Relação de trabalhos escritos por Nina Rodrigues, conforme Prefácio de Homero Pires, em Os africanos no Brasil.

da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções" (1945: 24). Mas, por mais que preocupe a Nina Rodrigues o problema do Negro e as suas conseqüências nefastas (sic) para o modelamento de um povo resta uma saída que ele aponta, quase que triunfalmente: "Os Negros existentes se diluirão na população branca e estará tudo terminado" (idem: 26).

Mesmo considerando a situação de subdesenvolvimento e a precariedade de comunicação existente entre a comunidade científica brasileira e as internacionais, no caso do século XIX, é muito difícil não concordar com Guerreiro Ramos: "Nina Rodrigues é, no plano da ciência social, uma nulidade, mesmo considerando-se a época em que viveu..."

Oliveira Vianna (1883-1951) pode ser classificado no mesmo grupo de Nina Rodrigues. Embora tenha vivido em uma outra época as suas idéias não são muito diferentes. Assim é que no início de seu livro Raça e assimilação (1932), critica aos "theorizadores reacionários" que apregoam a igualdade das raças: "Como todas as raças eram iguais, que valeria estarmos perdendo tempo com as pesquisas sobre biologia diferencial das raças? sobre psicologia diferencial das raças? sobre a questão das mestiçagens das raças? sobre o problema das raças aptas à civilização e das raças porventura inaptas à civilização?" (1932:14). Também para Vianna o negro é um problema que compromete a formação de nossa nacionalidade. Em Evolução do povo brasileiro (1923) expressa vigorosamente a sua adesão ao mito do arianismo e o negro somente é considerado superior ao índio, este completamente "refratário a qualquer influxo educativo no sentido da civilização". "O poder ascensional dos negros em nosso povo e em nossa história, se é, pois, muito reduzido, apesar de sua formidável maioria, não o é apenas pela ação compressiva dos preconceitos sociais, mas principalmente pela insensibilidade do homem negro a essas solicitações superiores que constituem as forças dominantes da mentalidade do homem branco" (1956: 156) (o grifo é nosso).

Para Oliveira Vianna a solução do "problema" existe. Referindo-se à migração européia, escreveu: "Esse admirável movimento imigratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente da massa ariana pura; mas também cruzando e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue" (1956: 175). Para ele a tarefa dos cientistas, conforme afirma em seu capítulo "Os typos anthropológicos e

os problemas da biosociologia" (afinal, a sócio-biologia não é tão nova como parece), é a de somar esforços para a solução de "alguns problemas mais urgentes e imperativos, como os que se prendem à formação da nossa nacionalidade no seu aspecto quantitativo e no seu aspecto qualitativo. Por exemplo: o problema da mestiçagem das raças. Ou da seleção eugênica da imigração" (1932: 86).

Arthur Ramos (1903-1949), este sim um psiquiatra, mas também catedrático de Antropologia e Etnologia da Universidade do Brasil, criticou as posições de Nina Rodrigues atribuindo-as aos "falsos ângulos de visão da ciência da época, toda impregnada de Gobineau, de Lapouge, dos teóricos da tese das desigualdades raciais" (1951: 18). Mas, infelizmente, ao refutar como anticientífica a tese da inferioridade biológica do negro, ele a substituiu pela da inferioridade cultural. Se Nina Rodrigues errou porque se atrelou ao racismo de Gobineau. Ramos pecou por adotar o etnocentrismo de Levy-Bruhl, expresso em sua teoria sobre o pensamento pré-lógico. Em o Negro brasileiro (publicado em 1934) afirma: "Os costumes de sobrevivência negro-fetichistas são tão evidentes no Brasil, que bem mostram o poder da impregnação dos elementos pré--lógicos que o formam. Nós vivemos ainda em pleno domínio de um mundo mágico, impermeável, de uma certa maneira ainda, as influências de uma verdadeira cultura (1951: 295).

Para combater os malefícios da inferioridade biológica, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna apontavam a senda salvadora do "embranquecimento". Ramos combate os efeitos da inferioridade cultural com uma fantasiosa "verdadeira cultura": "Só o trabalho lento da verdadeira cultura — cultura que destrua a ilusão mágica da nossa vida emocional — conseguirá a ascensão e etapas mais adiantadas, com a substituição dos elementos pré-lógicos em elementos mais racionais" (1951: 296).

Como Ramos viveu em uma outra época, na mesma em que antropólogos como Goldenweiser, Thurnwald e Lowie, entre outros, reagiam fortemente contra as idéias de Levy-Bruhl, não podemos, lamentavelmente, imitá-lo justificando a sua posição como resultante "dos falsos ângulos de visão da ciência da época".

Seria, entretanto, uma injustiça para com a inteligência brasileira se limitássemos aos autores acima a amostragem do pensamento da época sobre os negros, ou melhor, sobre as

diferenças raciais. Em 1914, Alberto Torres (1865-1917), em seu livro O problema nacional brasileiro, já demonstrava dispor de conhecimentos mais desenvolvidos sobre o tema. Citava, por exemplo, Ratzel (1844-1904) para afirmar que raça nada tem a ver com civilização, e Franz Boas (1858-1942) para dizer que "a ciência, prosseguindo em suas indagações, chegou à conclusão de que, ao lado das diversidades físicas, verificada na estrutura humana, nada, absolutamente nada, autoriza a afirmação de uma desigualdade radical, na construção cerebral, em seu funcionamento, em seu poder de desenvolvimento" (1938: 130). Torres não esquece também, que as idéias racistas têm a capacidade de sobreviver ao desenvolvimento científico e pôde assim, com vinte anos de antecedência, prever o surgimento do nazismo, o fruto de ambição imperialista, acobertadas pelas justificativas da superioridade étnica (1938: 136). Justamente, o autor de O problema nacional brasileiro é quem não vê motivos para inquietar-se com o problema da raça, pois para ele o verdadeiro problema nacional é econômico (idem: 178).

Por sua vez, E. Roquette-Pinto (1884-1954), apesar de negar a existência do preconceito racial e de certa simpatia pela Eugenia, reconhece que as causas de nossos problemas independem da constituição racial, sendo resultante de fatores sociais. E seu *Ensaio de anthropologia brasiliana* publicado em 1933 demonstra estar em contato com os trabalhos de antropólogos tão importantes como Davenport e Herskovitz.

Com Gilberto Frevre os trabalhos de gabinete atingem o seu apogeu que coincidem com o início de seu ocaso. A segunda metade do século XX irá se caracterizar, como veremos mais adiante, pelo predomínio das investigações que têm como base o trabalho de campo. O livro mais importante de Freyre é, sem dúvida, Casa grande e senzala (1933), para o qual não pretendemos fazer uma avaliação plena, nem mesmo um levantamento de todas as polêmicas que vem provocando, desde a sua primeira edição há 45 anos. Limitar-nos-emos, portanto, a uma apreciação de aspectos referentes à temática desta resenha. Mas não podemos deixar de discordar de Mota (1977: 55) quando este afirma que Freyre inova ao valorizar o mestiçamento, preconizado como já vimos nas "soluções" de Rodrigues e Vianna. O livro se constitui na verdade no depositário de toda uma ideologia racial, que se expressa através de uma constelação de mitos que tradicionalmente a têm sustentado. O mito do luso-tropicalismo, que se choca com a realidade da "África portuguesa", o mito do "senhor amável" (cf. Harris, 1964: 65-78), uma variante da representação cordial do homem. brasileiro; e, finalmente, o mito da democracia racial, desde que para Freyre o preconceito existente decorre da situação de classe e não de raça.

A contradição fundamental da obra de Freyre reside no fato de que tendo tido contato com as teorias sobre as relações raciais desenvolvidas por Franz Boas e consciente da inexistência de raças superiores, ele deixa-se emaranhar nas teias do trabalho ensaístico e comete deslizes que o comprometem, na medida em que não foram escoimados nas sucessivas edições de seu livro. Um deles é o que valoriza o mestiçamento a partir do pressuposto de que este age como uma forma de enriquecimento. A declaração de 1950, redigida na Casa da Unesco, em Paris, por uma série de especialistas afirma: "Nada prova que a mestiçagem, por si própria, produza maus resultados no plano biológico. No plano social, os resultados bons e maus, que alcançam, são devidos a fatores de ordem social".2 Afirmação esta que foi totalmente assumida pelos signatários de idênticos documentos resultantes das reuniões de Paris, em 1951, e Moscou, em 1954.

A partir de meados da década dos anos 30, pesquisadores estrangeiros iniciaram os estudos das relações raciais entre negros e brancos, no Brasil, baseados em pesquisas empíricas. Estas realizaram-se principalmente, em dois centros: Bahia e São Paulo. A situação do negro na Bahia foi estudada, entre 1935 e 1937, por Donald Pierson, então um orientando de Robert Park. Os resultados de sua pesquisa foram publicados em Negroes in Brazil: A study of race contact at Bahia (1942), no qual predomina ainda a explicação do preconceito como um problema da situação de classe, interpretação esta que coincide com a de Freyre.

Os argumentos que Pierson utiliza para afirmar que as objeções contra o casamento misto decorrem da diferença de classe e não de raça (ex.: "Porque os acho inferiores, intelectual e socialmente, e não me sentiria bem em sua convivência"), contradizem a sua conclusão. Atribuir as diferenças de posições sociais a causa da aversão para o casamento inter-racial é uma maneira muito comum, entre nós, de escamotear a questão. O Autor desta resenha num curso de extensão para senhoras da alta classe média de Brasília obteve as mesmas justificativas para a pergunta: "A senhora deixaria a sua filha casar com um negro?". As interlocutoras não encontraram novas racionaliza-

<sup>2. &</sup>quot;Declaração de 1950" in *Raça e ciência II*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972, p. 279-83.

ções quando foram advertidas que o Autor da questão estava pensando em um negro, com o mesmo grau de instrução e poder aquisitivo das presentes. A verdade é que Pierson trabalhando com dados, aproximou-se da realidade, e se não a aprendeu foi porque chegou ao Brasil predisposto para ver uma situação ideal e não real (Park tinha lhe recomendado a pesquisa no Brasil porque aqui havia uma "situação racial diferente"). O seu livro termina com 25 hipóteses de trabalho e seria muito interessante que fossem testadas 40 anos depois de sua formulação.

Na introdução à 2.ª edição brasileira, Pierson preocupa-se com os "relatos contraditórios" a respeito do caráter exato da situação racial e atribui a existência de uma confusão a razões tais como "Às características heterogêneas de um país imenso; à natureza sutil da situação racial no Brasil; às variações nos objetivos, abordagens e métodos dos escritores..." (1971: 29). E à página 49 procura minimizar o preconceito de cor, colocando-o como apenas mais um entre muitos outros que existiriam na sociedade brasileira. Para Octávio Ianni (1965-66: 301) Pierson estava travando uma luta contra as falácias, resultantes das tramas de representações ideológicas sobre os atributos positivos ou negativos dos diferentes grupos étnicos.

Os trabalhos de Freyre e de Pierson caracterizam a primeira das posições acadêmicas sobre o assunto: aquela que atribui às diferenças de classes e das tensões sociais o problema do negro. A segunda posição seria aquela que, mesmo admitindo a existência do preconceito, alega que o critério de cor é irrelevante para a definição dos diversos grupos sociais.

Esta segunda posição resultou da surpresa dos cientistas americanos participantes do "Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia — Universidade de Columbia" diante da constatação da existência de fortes preconceitos em uma sociedade que acreditavam ser o modelo de boas relações sociais. E, em segundo lugar, da estupefação dos mesmos diante da grande quantidade de categorias para definir a cor dos indivíduos. Convém lembrar que foi este mesmo fato considerado como responsável pela exclusão do item referente à cor dos recenseamentos de 1960 e 1970. Um dos testes aplicados na Bahia, por Harris, constituiu um exemplo bastante elucidativo: foram apresentadas a 100 informantes 9 fotografias que representavam um continuum do negro ao louro, com 7 tipos intermediários. O resultado foi a surpreendente catalogação de 40 diferentes tipos raciais.

Os trabalhos de Charles Wagley (1952, 1963), Marvin Harris (1952, 1956, 1964), Harry Hutchinson (1952) e Ben Zimmerman (1952) são representativos desta corrente.

A terceira posição representa principalmente os resultados de grande parte das pesquisas financiadas pela Unesco, na década de 50, além da presença marcante entre nós do sociólogo francês Roger Bastide. Iniciada com um projeto de pesquisa intitulado "O Preconceito Racial em São Paulo", esse empreendimento resultou na publicação de numerosas obras: Brancos e negros em São Paulo, por Roger Bastide e Florestan Fernandes (1959); As metamorfoses do escravo, de Octávio Ianni (1962); Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional, de Fernando Henrique Cardoso (1962); Cor e mobilidade social em Florianópolis, de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (1960) e A integração do negro na sociedade de classes, de Florestan Fernandes (1965), além do mais recente O negro no mundo dos brancos, de Florestan Fernandes (1972). Todos estes trabalhos realizados no Sul do país têm algo em comum: a admissão da existência real do preconceito.

Os argumentos dos autores do 3.º grupo podem ser reforçados por outros trabalhos como o de Oracy Nogueira (1955), em que distingue a discriminação existente no Brasil da encontrada nos Estados Unidos. Aqui o mestiço pode deixar de ser negro desde que sofra um processo biológico de embranquecimento, ou seja: os seus cabelos tornam-se lisos, sua pele menos escura e deixam de ser marcantes outras características negras como o prognatismo. Nos Estados Unidos, mesmo que o mestiço torne-se completamente branco continuará sendo discriminado a partir do conhecimento, por parte da comunidade, da existência de um antepassado negro.

Outro trabalho que merece ser destacado é o de João Baptista Borges Pereira Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio em São Paulo, no qual mostra como o rádio constituiu um dos principais canais de mobilidade dos indivíduos de cor. Para analisar a mobilidade dos pretos nas empresas radiofônicas de São Paulo o Autor analisou questionários aplicados a profissionais e "calouros". Para Borges Pereira embora o rádio proporcionasse uma possibilidade de mobilidade econômica esta não resolvia o problema da cor, como se pode deduzir de depoimento de um profissional veterano que atingiu os limites de sua ascensão no mundo do rádio: "Só depois que venci é que percebi que estava derrotado desde o começo. O preto comete um erro grosseiro, quando imagina que o estudo, a roupa, a

fama e o dinheiro fazem dele alguém. Está certo, tudo isto melhora a vida da pessoa, dá muitas alegrias, mas em compensação mostra que aquilo que a gente pensa ser invencionice, ser boato, existe mesmo — é o preconceito racial" (Borges Pereira, 1967: 261).

Para os autores dos anos 70 não existe mais dúvidas quanto à natureza do preconceito, os seus trabalhos pretendem agora analisar os diferentes aspectos do problema. Thales de Azevedo (1975) refuta aqueles que procuram defender o mito através de afirmações que insistem não ser a questão racial um problema sério no país, com a alegação de que os comportamentos segregacionistas constatados representam apenas fatos esporádicos. Enfrenta o "preconceito de ter preconceito" e nega os argumentos daqueles que proclamam a "ausência de ocorrências violentas e a falta de apoio de uma doutrina racista sistematizada" (1975: 36). Azevedo relata numerosos fatos que demonstram a existência da violência, pelo menos em nível individual e vai mais longe quando demonstra a existência de uma doutrina e que esta se consubstancia através de inúmeras racionalizações que constituem o próprio mito da democracia racial. Finalmente, analisa a reação de certos elementos de nossa sociedade contra aqueles que agem abertamente como racistas, porque afinal a gravidade de suas culpas consiste em desacreditar o mito.

Em O negro no mundo dos brancos, Florestan Fernandes reúne uma série de artigos, publicados em diferentes épocas. As suas três primeiras partes tratam diretamente do assunto, não se detendo apenas numa abordagem sincrônica, mas também numa perspectiva histórica através da qual mostra que a "Abolição constitui um episódio decisivo de uma revolução social feita pelo branco e para o branco" (1972: 47). O negro — afirma Fernandes — foi duplamente espoliado. "Primeiro, porque o ex-agente de trabalho escravo não recebeu nenhuma indenização, garantia ou assistência; segundo, porque se viu, repentinamente, em competição com o branco em ocupações que eram degradadas e repelidas anteriormente, sem ter meios para enfrentar e repelir essa forma mais sutil de despojamento social" (1972: 47).

Thomas Skidmore, em *Preto no branco* (1976), analisa os conceitos de raça e racionalidade no pensamento brasileiro. Utilizando-se do método histórico, analisa a ideologia racista existente no Brasil, a partir do final do século passado, e o ideal de "branqueamento" como uma solução inevitável. Skidmore ana-

lisa as manipulações do pensamento brasileiro, destacando o momento em que os porta-vozes da elite, embora acreditando que o branco era melhor e que o Brasil estava ficando mais branco, "alegravam-se com o novo consenso científico de que o preto não era intrinsecamente pior e que a pretensão racista de que a miscigenação resultava em degeneração era pura tolice" (1976: 228). Finalmente, mostra que a partir dos anos 50 inicia-se, por parte dos cientistas sociais, um "ataque ao mito da democracia racial" e paralelamente a opinião de que as relações raciais eram mais humanas no Brasil porque provinham de um sistema escravista mais humano. Harris contradiz esta opinião demonstrando que o nível de desumanidade praticado contra o escravo, no Brasil, foi igual ao de qualquer outro lugar do mundo.

Os trabalhos científicos mais modernos caracterizam-se, como vimos, por uma forte unanimidade. Os alicerces do mito foram abalados e outras implicações do problema têm sido analisadas. Florestan Fernandes, entre outros, critica um tipo de patriotismo estreito, baseado numa "noção fechada de integração nacional". Mostra que a democracia racial verdadeira não se constrói através do ato de "expurgar os diferentes grupos raciais e culturais do que eles podem levar criadoramente ao processo de fusão e unificação" (1972: 17). Em resumo, afirma o que hoje tornou-se um coro entre os antropólogos preocupados com a questão indígena: "democracia racial implica em pluralismo".

Entre as deficiências desta resenha, limitada pelo espaço e a impossibilidade de conhecer tudo o que está se fazendo no momento sobre o problema — como pesquisas e teses de mestrados e de doutoramento —, existe uma mais importante, que não fomos capazes de superar: trata-se do levantamento dos trabalhos publicados pelos negros, a respeito de sua própria situação. Para isto seria necessário uma pesquisa relativa a importantes publicações, referidas por Fernandes (1965), como "Alvorada", "O clarim da alvorada", "A voz da raça" etc., periódicos que circulavam nos anos 30 e 40 e que foram destemidos porta-vozes de associações constituídas por negros, e que buscavam conscientizar os demais para os problemas decorrentes da situação racial. Assim, o único Autor negro que aparece nesta resenha é Abdias do Nascimento, responsável por um livro escrito com emoção, bastante justificável para quem tem dedicado uma vida por uma causa, e também com objetividade: O genocídio do negro brasileiro (1978). É verdade que Nascimento retoma temas abordados anteriormente por outros autores, mas acrescenta sempre dados novos e principalmente novos

"insights". Assim, por exemplo, ao analisar o mito do senhor benevolente (cap. II) mostra como a Igreja foi, no passado, um sustentáculo do sistema escravagista: Vieira, em 1633, pregava aos escravos: "estais sujeitos em tudo a vossos senhores, não só aos bons e modestos, senão também aos maus e injustos..."

À idéia, inclusive nossa, que a partir da abolição não existia no Brasil leis discriminatórias, Nascimento responde com o Decreto-Lei n.º 7.976, de setembro de 1945, que regulava a entrada de imigrantes de acordo com "a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia" (p. 71).

Finalmente, critica o próprio jargão sociológico que considera a contribuição negra para a formação da cultura brasileira. Nascimento afirma que quando o negro chegou ao Brasil não existia nenhuma cultura brasileira e, portanto, ele foi de fato um de seus fundadores. Enfim, o livro de Nascimento, descontados alguns poucos momentos do mesmo etnocentrismo que condena no branco, constitui uma leitura capaz de estimular, por parte dos estudiosos da questão, um momento de revisão ou, para usar uma palavra em moda na moderna antropologia, de repensar.

Não há dúvida que os estudos sobre o negro no Brasil evoluíram. Partindo das idéias racistas, frutos talvez da infeliz presença de Gobineau entre nós, para a anacrônica idéia de "branqueamento", chegou aos nossos dias com uma atitude de desmistificação, de crítica, partindo de uma posição que mostra que a melhor forma de enfrentar um problema é olhando-o de frente, sem dissimulações, sem sutilezas ou outros artifícios que são próprios de nosso racismo. Repetimos, existe agora entre os pesquisadores um consenso: a democracia racial só é possível com o respeito à diversidade étnica e cultural.

## **Bibliografia**

vo Municipal de São Paulo, 11 (101), 1945.

Paulo. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959.

———. Dans les Ameriques noires. Annales, 1948. Estudos afro-brasileiros. São Paulo, Perspectiva, 1973. Le problème noir en Amérique Latine. Bulletin International des Sciences Sociales, vol. 4, n.º 3, 1952. . O preconceito racial em São Paulo. São Paulo, Inst. Administração-USP, 1951. & VAN DEN BERGHE, Pierre. Stereotypes, norms and inter-racial behavior in São Paulo, Brazil. American Sociological Review, 22 (6), 1957. Stereotipes et prejugé de couleur. Sociologia, 18 (2), 1956. BEIGUELMAN, Paula. Estudos sobre o preconceito de cor no Brasil. Revista de Antropologia, 1 (2), 1953. BRANDÃO, Carlos Rodrígues, Peões, pretos e congos. Goiânia, Editora Universidade de Brasília, 1977. CÂNDIDO, Antonio. Opiniões e Classes Sociais em Tietê. Sociologia, 9 (2), 1947. CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962. -. Colour prejudice in Brazil. Presence Africaine, 25, 1965. . & IANNI, Octávio. Cor e mobilidade social em Floria-nópolis. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1960. . MOREIRA, Renato & IANNI, Octávio. O estudo sociológico nas relações entre negros e brancos no Brasil meridional. Revista Brasileira de Antropologia, 2, 1957. ———. Os brancos e a ascensão social dos negros em Porto Alegre. *Anhembi*, 29 (5), 1960. CARNEIRO, Edison. Assimilação e ascenção do negro escravo. Anais. Reunião Brasileira de Antropologia, 3, Recife, 1958. . Condição social e econômica das filhas de santos. Problemas, 2 (13), 1938. . Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964. COSTA, E. Viotti. Da senzala à colônia. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966. COUCEIRO, Solange M. Bibliografia sobre o negro brasileiro. São Paulo, Centro de Estudo Africano. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1974. DIÉGUES JR., Manuel. Etnias e culturas no Brasil. Rio de Janeiro, MEC, 1956. EDUARDO, Octávio da Costa. The negro in northern Brazil. in acculturation. Seatle, University of Washington Press, 1966. FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, Dominus e Editora da USP, 1965. 3.ª ed., São Paulo, Ática, 1978. -. Análise sociológica das classes sociais. Sociologia, 10, -. PEREIRA, J. B. B., & NOGUEIRA, Oracy. A questão racial brasileira vista por 3 professores. São Paulo, Escola de Comunicações Culturais, USP, 1971. . Imigração e relações raciais. In Revista Civilização Brasileira, 1 (8), 1966.

Mudanças sociais no Brasil. São Paulo, Difusão Euro-

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São

péia do Livro, 1960.

O negro em São Paulo. São Paulo, espírito, povo e instituicões. São Paulo, Pioneira, 1968. -. O negro no mundo dos brancos. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972. . & BASTIDE, Roger. O preconceito racial em São Paulo. São Paulo, Inst. de Administração-USP, 1951. The negro in Brazilian society. New York, London, Columbia University Press, 1969. FRAZIER, E. Franklin. A comparison of negro-white relations in Brazil and United States. New York, The New York Academy of Sciences. Anthropology, 1944. The negro family in Bahia, Brazil. American Sociological Review, 7 (4), 1942. FREYRE, Gilberto. A propósito de relações entre raças e culturas no Brasil. Les Afro-Americains, Dakar, IFAN, 1953. -. Casa grande e senzala. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, -. New world in the tropics. New York, Knopf, 1959. -. Sobrados e mucambos. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1936. The negro in brazilian culture and society. Quartely Journal of Inter-American Relations, 1, 1939. HARRIS, Marvin. Paterns of race in the Americas. New York, Walker and Co., 1964. . Race relations in Minas Velhas: a community in the mountain region of central Brazil in Charles Wagley (ed.), Race and class in rural Brazil. Paris, Unesco, 1952. . Town and country in Brazil. New York, Columbia University Press, 1956. HERSKOVITS, M. J. The negro in Bahia, Brazil: a problem of method. American Sociological Review, 7, 1943. The social organization of the candomblé. Anais do Congresso Internacional de Americanistas. Anhembi, I, São Paulo, 1955. -. & HERSKOVITS, Frances. The negros in Brazil. The Yale Review, n. 2, 1942. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1941. HUTCHINSON, Harry W. Race relations in a rural community of the Bahia reconcavo in Charles Wagley (ed.), Race and Class in Rural Brazil. Paris, Unesco, 1952. IANNI, Octávio. A ideologia racial do negro e do mulato em Florianópolis. Sociologia, 20 (3), 1958. As metamorfoses do escravo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962. -. O estudo da situação racial brasileira. Revista Brasiliense, 19, 1958. . Os estudos sobre relações raciais no Brasil. Revista do Museu Paulista, volume XVI: 289-319, 1965/66.

-. Raças e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Civili-

LANDES, Ruth. A cidade das mulheres. Rio de Janeiro, Civilização

LEITE, Dante M. Preconceito racial e patriotismo em seis livros didáticos primários brasileiros. Boletim de Psicologia da FFLCH-USP,

zação Brasileira, 1966.

Brasileira, 1967.

3: 206-31, 1950.

- MOREIRA, Renato Jardim. Brancos em bailes de negros. Anhembi, 24 (71): 284-5, 1956.
- MORSE, Richard M. The negro in São Paulo. The Journal of Negro History, 38 (3): 290-306, 1953.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira* (1933-1974). São Paulo, Ática, 1977.
- NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- . Relações de raça no Brasil. Rio de Janeiro, Quilombo,
- ———. Teatro negro no Brasil: uma experiência racial. Revista Civilização Brasileira, 2 (4): 192-212. 1968.
- NOGUEIRA, Oracy. Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor. *Sociologia*, 4 (4): 328-58, 1942.
- ————. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Symposium Etno-Sociológico sobre Comunidades Humanas no Brasil. Separata dos Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, São Paulo, 1955.
- OBERG, Kalervo. Race Relations in Brazil. *Sociologia*, 19 (2): 118-32 e 20(3): 340-51, 1958.
- PEREIRA, João Batista Borges, Cor, profissão e mobilidade. O negro e o rádio em São Paulo. São Paulo, Pioneira e Ed. da USP, 1967.
- . O negro e a comercialização da música popular brasileira. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 8: 7-15, 1970.
- PIERSON, Donald. Brancos e pretos na Bahia: estudos de contato racial. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1945.
- . Cruz das almas: a brazilian village. Washington, Smithsonian Inst. Publ., 12, 1951.
- ———. Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia. Chicago, Chicago University Press. 1942.
- Relações raciais em Cruz das Almas. Sociologia, 14 (1): 64-75, 1952.
- PINTO, L. A. da Costa. O negro no Rio de Janeiro. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1954.
- RAMOS, A. Guerreiro. Contatos Raciais no Brasil. Quilombo, 1 (1), 1948.
- à sociologia brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Andes, 1961.
- RAMOS, Arthur. Acculturation among brazilian negroes. *Journal of Negro History*. 26 (2): 244-50, 1941.
- ———. Aculturação negra no Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1942.
- ———. As culturas negras no novo mundo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937.

- . O negro brasileiro. 3.ª ed., São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1951, (1. ed.: 1934).
  . O negro na civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Casa
- do Estudante do Brasil, 1956.
- RIBEIRO, René. Cultos afro-brasileiros do Recife: um estudo de ajustamento social. Recife, Instituto Joaquim Nabuco, 1952.
- Preconceito racial entre os universitários nordestinos. Neurologia, 16 (4): 348-64, 1953.
- Religião e relações raciais. Rio de Janeiro, MEC, 1956. RODRIGUES, Raymundo Nina. As raças humanas. Salvador, Liv. Progresso Ed., 1957.
- -. Os africanos no Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1945
- Preconceito racial entre os universitários nordestinos. Neurologia, 16 (4): 348-64, 1953.
- ROQUETTE-PINTO, E. Ensaios de antropologia brasiliana. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1933.
- SHADEN, Egon. A Unesco e o problema racial. Revista de Antropolo-
- gia, 1 (1): 63-8, 1953. SKIDMORE, Thomas, Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- SOUZA, Ivonildo. Posição do negro no direito brasileiro. Recife, Ed. Nordeste, 1954.
- TORRES, Alberto. O Problema Nacional Brasileiro. 3.ª ed., Brasiliana, Biblioteca Pedagógica Brasileira, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1933.
- VIANNA, F. J. Oliveira. Evolução do povo brasileiro. São Paulo, Editora São Paulo, 1923. (4.ª ed., Livraria José Olympio, 1956). (As referências no texto referem-se à 4.ª ed.).
- . Populações meridionais do Brasil. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio Ed., 1952.
- . Raça e assimilação. São Paulo, Cia. Editora Nacional,
- WAGLEY, Charles. An introduction to Brazil. New York, Columbia University Press, 1963.
- In: WAGLEY, Charles. (ed.), Races and Class in Rural Brazil. Paris, Unesco, 1952.
- WILLEMS, Emilio. Assimilação e populações marginais no Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1940.
- -. O negro no município de Jaú. Sociologia, 4 (3): 308-10,
- Races attitudes in Brazil. The American Journal of Sociology, 54 (5): 402-8, 1949.
- ZIMMERMANN, Ben. Race relation in the Arid Sertão. In: WAGLEY, Charles. (ed.), Races and class in rural Brazil. Paris, Unesco, 1952.